



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VANESSA MARTINS

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS: ANÁLISE A
PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

FLORIANÓPOLIS

2018

Vanessa Martins

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS: ANÁLISE A PARTIR
DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia de Moraes Lima

Florianópolis

2018

A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS: ANÁLISE A PARTIR DAS
DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de junho de 2018.

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Patrícia Laura Torriglia

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Patrícia, de Moraes Lima – Orientadora
(MEN/CED/UFSC)

Zoleima Pompeo Rodrigues- Examinadora
(PPGE-UFSC)

Alexandre Toaldo Bello- Examinadora
(MEN/CED/UFSC)

Jacira Carla Bosquetti Muniz– Suplente
(PMF-Núcleo de Formação)

AGRADECIMENTOS

Desejo aqui expressar, meus singelos agradecimentos a todos/as que contribuíram com esse trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho e me deu forças para superar as dificuldades.

Agradeço a minha família, que nas vezes que pensei em desistir estiveram sempre do meu lado me incentivando, me apoiando e dando forças.

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram, me ajudaram nos momentos que mais precisei, a vocês, pai e mãe, dedico esta conquista.

Também sou agradecida pelo companheirismo do meu noivo Luiz Eduardo, que sempre esteve presente comigo em todos os momentos durante a formação acadêmica, sempre me dando forças para não desistir.

Sou muito grata a minha orientadora Patrícia de Moraes Lima por ter contribuído para minha formação com seus diálogos, ensinamentos, me incentivado, sempre muito compromissada, sou muito agradecida pela partilha de conhecimentos.

Às minhas eternas companheiras Ana Karoline da Silva e Camila Viganiggo, por todo carinho, atenção e paciência comigo, por todos os momentos de escuta e compreensão, obrigada minhas amigas.

A todos os meus colegas, que participaram e colaboraram desse processo, Adriane Cantão, Bianca Araújo, Janaina Frigotto, Roberto da Silva, Suzi de Carvalho e tantos (as) outros (as).

Agradeço, aos professores do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina que participaram da minha formação acadêmica.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a relação creche e-família em diálogo com as indicações das Diretrizes Nacional Curricular e seus aspectos teóricos que orientam as práticas educativo-pedagógicas na Educação Infantil. Inicialmente, busca-se explicitar o contexto da Educação Infantil em nosso país, para a partir de então, compreender o lugar que a família ocupa nas práticas educativas nas instituições de educação infantil e quais são as estratégias utilizadas para proporcionar uma aproximação. Considerando tais aspectos, objetiva-se compreender o papel do professor nesse processo e sua relevância na relação família-creche.

Palavras-chaves: Prática educativa. Família. Educação Infantil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVO GERAL:	11
	2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	11
3	METODOLOGIA:	12
4	ASPECTOS LEGAIS E TEÓRICOS QUE CARACTERIZAM A EDUCAÇÃO INFANTIL	13
	4.1 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL-FAMÍLIA.....	14
	4.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e famílias.....	15
5	PRÁTICAS EDUCATIVO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
6	AS FAMÍLIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL	23
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
8	REFERENCIAS:	28

1 INTRODUÇÃO

A opção de escolha do tema relação creche-família no presente estudo objetiva compreender algumas inquietações decorrentes do período de formação inicial como aluna do Curso de Pedagogia, a partir de aproximações com o campo em momentos formativos como estágio e recentemente, no exercício da docência na Educação Infantil.

Nesse percurso, durante a minha experiência na área da Educação Infantil em que trabalhei dois anos na Rede pública municipal de Santo Amaro da Imperatriz e atualmente, na Rede privada da grande Florianópolis, pude perceber diferenças organizacionais e de concepção que refletiam diretamente na forma de relação que as instituições tinham com a família. A partir disso, foi possível reconhecer a importância de aprofundar estudos acerca da temática com base os documentos orientadores, já que são esses documentos que orientam tantos, os sistemas de ensino, portanto tantos as práticas educativo-pedagógicas de instituições públicas e privadas.

O tema apresentou-se justamente por trabalhar em duas realidades completamente distintas, no qual, uma apresenta a relação creche e família um pouco mais distante, em que o trabalho da Instituição de Educação Infantil preocupa-se com o ensino didatizado, em um olhar para o futuro das crianças, portanto ensiná-las a lidar com situações que o cotidiano apresenta e demonstra preocupação com a aprendizagem de habilidades cognitivas. A segunda instituição em que trabalho atualmente, apresenta uma metodologia diferenciada¹, são crianças dependentes, que necessitam de ações educativo-pedagógicas para auxiliá-los na hora de se alimentar, de suas higiênes básicas como troca de fralda, ir ao banheiro, escovar os dentes, necessidades para sua educação e cuidado. O papel da professora nessa instituição vai além do aspecto do ensino, já que defende uma atenção para a relação da professora com as crianças, entendendo que enquanto as famílias não estão presentes, é a professora se faz presente, pois é ela que acompanha e incentiva a criança neste momento tão importante de seu desenvolvimento onde nesse espaço as relações estabelecidas possibilitam vivências significativas para os processos constitutivos.

A experiência docente atual ao trabalhar com bebês possibilitou reconhecer na prática o que a área já vem indicando acerca das especificidades da ação docente com as crianças de 0 a 3 anos, sobretudo com os bebês.

¹ A instituição utiliza os princípios de uma pedagogia Pikler-Lóczy para estruturar as experiências na Educação Infantil.

Contudo, essa ausência da linguagem oral, permite com os pequenos se comuniquem por múltiplos canais comunicacionais e que tem como centralidade o corpo, assim criam estratégias para dizer de outra forma o que sentem e trazem desafios para os adultos— famílias e professores – na compreensão das manifestações expressivas dos bebês e no compartilhamento de informações e conhecimentos dos mesmos. (Schmitt 2008, p.14 apud Duarte 2011, p.29).

Com base em estudos de Mantovani e Bondioli, Schmitt (2014, p. 20), também instigada por sua pesquisa de doutorado, afirma que o papel do professor comporta também “o papel de facilitador das trocas entre as crianças e que [...] também ocorrem por intermédio dos elementos, pensados ou não, na composição desse espaço”.

A inserção é um processo período em que a nossa relação com as famílias se estabelece, é nas primeiras conversas que iniciamos a criação de vínculos, as perguntas começam a surgir, junto delas vem à confiança que a família deposita nas professoras a partir do momento que deixam estes bebês tão pequenos sob a responsabilidade da nossa educação e cuidado.

Contudo, o que esse trabalho problematiza é a relação que as famílias estabelecem com essas instituições, pois compreende-se que muitas famílias ainda percebem a creche como um mal necessário, um espaço em que deixam seus filhos para que possam se inserir no mercado de trabalho, isto me faz pensar que se houvesse a possibilidade de permanecer com eles em casa, o fariam.

Essa imagem da creche como um espaço para deixar as crianças enquanto as famílias trabalham ainda é muito presente e assim a relação entre família e professora como uma relação de insegurança, evidenciando a necessidade de diálogos, principalmente em relação à atenção e aos cuidados básicos quando ainda são muito pequenos.

Percebo que essa relação com as famílias é algo que está ausente na formação dos professores, principalmente na formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil. A necessidade de parceria entre instituição e família exige com que as instituições organizem diferentes estratégias para estabelecer essa relação, são festividades, relatórios enviados para casa, exposição de trabalhos, conversas diárias, comunicados na agenda, e-mail, avisos nas redes sociais e até mesmo câmeras que permitem as famílias monitorar seus filhos diariamente.

Diante da ausência de problematização acerca dessa relação em nossa formação inicial é que opto por pesquisar e estudar essa temática em meu trabalho de conclusão de curso, buscando entender os aspectos legais e teóricos que tratam na relação entre as famílias e Educação Infantil.

Esse estudo irá recorrer as Diretrizes Curriculares Nacionais, principal legislação que legitima a Educação Infantil em nosso país, na tentativa de refletir sobre o que indica os documentos oficiais e que como esse documento reverbera nas instituições de Educação Infantil em nosso País, no que tange as relações com as famílias.

2 OBJETIVO GERAL

Averiguar de que modo as Diretrizes Curriculares Nacionais abordam a relação entre a famílias e as instituições de Educação Infantil.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Perceber como a relação entre família e professora qualifica práticas educativo-pedagógicas na Educação Infantil em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Identificar o lugar que a família ocupa nas práticas educativas das instituições de Educação Infantil;

3 METODOLOGIA:

O presente estudo objetivo aprofundar os estudos sobre a Educação Infantil e a família, buscando entender como as Diretrizes Curriculares Nacionais destaca a relação entre creche e família, nesse sentido será realizada a leitura e análise do documento.

Recorremos ao documento oficial porque compreendemos a importância que eles possuem na conjuntura nacional, assim como, sua importância para a constituição da especificidade da Educação Infantil. Salientamos que a partir desse documento essa etapa educativa conquistou grandes avanços e mobilizou investigações que nos ajudaram a compreender melhor essa relação entre família e instituição.

Para interpretar as Diretrizes Curriculares Nacionais, iniciamos uma leitura detalhada destacando todos os trechos que tratam da temática desse estudo. Com o conjunto de dados organizados, observamos os termos que eram mais recorrentes.

Posto isso, abordaremos no primeiro capítulo os aspectos legais e teóricos que caracterizam a Educação Infantil, dando foco as orientações quanto as práticas educativo-pedagógicas expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em um segundo momento, o foco será a relação entre creche e família.

4 ASPECTOS LEGAIS E TEÓRICOS QUE CARACTERIZAM A EDUCAÇÃO INFANTIL

É importante contextualizar a Educação Infantil em nosso país, na tentativa de compreender a especificidade que compõe essa etapa educativa e como as famílias se inserem nesses contextos. Para isso, nos pautamos nas produções da área da Educação Infantil e nos contributos das legislações e documentos legais que auxiliam nessa compreensão.

Atualmente, Educação Infantil tem crescido muito no Brasil, acompanhando a mudança da estrutura familiar e a participação da mulher no mercado de trabalho, o que faz com que as mulheres reivindiquem o direito a educação para seus filhos, influenciando diretamente na formação dos movimentos sociais e na criação de políticas públicas para infância.

Em 1988 a Constituição Federal inaugura uma série de políticas que tratam da infância e da educação infantil, caracterizando-se como primeiro documento desenvolvido para afirmar o direito das crianças a educação. Este processo de concretização teve grandes avanços e influencias através dos movimentos sociais, movimentos de mulheres, movimento de redemocratização do país e também, não menos importante, a contribuição que os profissionais da educação tem no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Dois anos após a Constituição, no ano de 1990 é estabelecido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma lei de extrema importância, que foi elaborada após o árduo processo de construção e conquista pelos direitos das crianças e que trata dos direitos sociais das crianças e adolescentes em nosso país.

A Lei 9.393 de 20 de dezembro de 1996 Diretrizes e Bases da Educação Nacional se firma como um documento que contribui para a legitimação da Educação Infantil quando estabelece como primeira etapa da educação básica e exige à formação em nível superior dos professores que atuam com crianças nessa etapa educativa. “Os Documentos Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” foi elaborado em 1995, e aborda aspectos relacionados aos direitos das crianças a uma educação infantil de qualidade que possibilite a criança uma experiência plena na infância. Essa medida retira as creches e pré-escolas no âmbito da assistência social e a reconhece como uma etapa educativa, reforçando o direito das crianças a educação defendida pela Constituição de 1988.

A Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) reafirma o direito das crianças a educação, exposto no artigo 4º que o governo deverá atender gratuitamente as

crianças de 0 a 6 anos de idade, em creche e pré-escola. A responsabilização do governo pela educação das crianças pequenas representa um marco importante na história da educação infantil, primeiro porque as instituições de educação infantil crescem em todos os estados do país, com isso as famílias tem a possibilidade de se inserir de forma mais intensa no mercado de trabalho, principalmente as mulheres, que tem a possibilidade de oferecer aos seus filhos uma educação. Entretanto, atualmente o acesso a creches e pré-escolas ainda é problema no Brasil, muitas crianças ainda permanecem fora das instituições.

No ano de 1999 e reelaborada em 2010 se estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Esse documento de caráter mandatório aborda aspectos que definem essa etapa educacional e reúne uma série de apontamentos de concepção que devem ser considerados na elaboração dos projetos educativos para Educação Infantil. Foram consolidadas as discussões sobre a importância da qualidade oferecida para as crianças. As DCNEI de 2010 demarcam a especificidade da educação infantil e o seu caráter educativo, temos que considerar que esse documento define a primeira etapa da educação básica e aponta como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, sendo as crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 6 anos em pré-escola. O documento também prevê que a criança deve ser atendida na educação infantil com uma carga horária de no mínimo 4 horas diárias, para o turno parcial, e de 7 horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional. (DCNEI, 2010, p. 12).

Considerando os aspectos legais e teóricos supracitados, busca-se intensificar o diálogo, tendo em vista alguns autores que nos auxiliam a compreender a complexidade dessa relação envolvendo creche-família, pois já vêm se debruçando a refletir acerca dessa temática. Nesse sentido, atenta-se para as orientações expressas nos documentos acerca das práticas pedagógicas e a relação com a família, objetivando compreender como esses dois elementos estão representados no documento oficial.

4.1 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL-FAMÍLIA.

O presente trabalho trata de uma breve reflexão acerca da relação entre creche e família, mais especificamente sobre o modo como as Diretrizes Curriculares Nacional mencionam as famílias nos contextos de educação infantil. Para isso, iremos analisar documento oficial que é importante para constituição e consolidação na Educação Infantil no

Brasil. Esse documento qualifica a prática pedagógica na Educação Infantil na medida em que defendem o direito das crianças a Educação.

A Educação Infantil, principalmente no que refere-se à creche, por se tratar dos primeiros anos de vida da criança e contato inicial com a instituição educativa, é fundamental para o desenvolvimento da mesma. Sendo assim, consideramos que o olhar sobre esse período deve ser ainda mais cuidadoso.

Experimentar diferentes vivências nos primeiros anos de vida proporciona a criança uma aprendizagem que contribuirá para o desenvolvimento das funções sociais e cognitivas, pois são essenciais em sua formação, já que é nesse tempo que ela inicia a construção de sua identidade e estruturas física, sócio afetiva e intelectual.

Então, percebemos a necessidade de compreender a relação entre a creche a família como aspecto fundamental no processo educativo da criança pequena. Sendo assim, focaremos nos recortes da Diretrizes Curriculares Nacionais que apontam elementos que contribuem para o entendimento do papel das famílias na Educação Infantil.

4.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e famílias

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil são orientações para a organização, articulação e desenvolvimento das propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Ao analisar esse documento, percebemos que o envolvimento com a família está para além do que estabelece a LDB 9394/96 que discutimos anteriormente. Há um chamado para participação ativa da família no cotidiano institucional da criança, entendendo que a instituição compartilha e complementa “(...) a educação e cuidado das crianças com as famílias” (DCNEI, 2010, p.17).

Entendendo que cuidar e educar são conceitos indissociáveis no processo educativo da criança pequena, a parceria com a família deve ser vista como parte fundamental do mesmo. Assim, as diretrizes estabelecem “A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização” (DCNEI, 2010, p.19).

Ainda sobre a organização das famílias, destacamos a importância de se compreender as diferentes formas de organização familiar sem fazer uso de juízo de valor nas relações estabelecidas com as mesmas. E isso implica “Dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado coletivos da comunidade” (DCNEI, 2010, p.23).

Apontamos também o respeito “A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes” (DCNEI, 2010, p.21). Esse é outro ponto que entendemos que reforça a importância dessa relação de parceria entre instituição e família.

Consideramos que o vínculo afetivo construído com as famílias possibilita ainda mais o desenvolvimento da criança, pois ambos são agentes efetivos nesse processo. Por isso, a avaliação deve ser uma “Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil” (DCNEI, 2010, p.29).

Sobre a creche, percebemos que o documento trata mais da Educação Infantil como um todo do que especificamente da educação de 0 a 3 anos. Contudo, ainda contribui significativamente para o entendimento da importância das creches para as crianças

As diretrizes definem:

(...) Educação Infantil: Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (...) Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2010, p.12).

Tendo em mente essas concepções, percebemos uma preocupação com as orientações para o trabalho educativo a ser desenvolvido com crianças em espaços coletivos. Esse processo tem gerado várias discussões e contribuído de forma significativa para formação dos professores.

Associado a isso, o documento estabelece como princípios:

- ✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- ✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- ✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2010, p.16).

Portanto, é na creche que se inicia esse cuidado com a educação, estabelecendo vínculos baseados no respeito ao ser social que ali se insere.

Articulada as necessidades da família, as diretrizes orientam que as vagas devem ser oferecidas próximas a residência familiar. Isso nos indica uma coerência no texto do documento, que conecta o tempo todo, esses dois conceitos chaves: creche e família.

O documento também aponta que as práticas pedagógicas devem garantir uma série de experiências, e por isso, “As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.” (DCNEI, 2010, p.27).

No que tange a avaliação, é definido que se criem procedimentos que possibilitem acompanhar o trabalho pedagógico e o desenvolvimento da criança, mas sem caráter “de seleção, promoção ou classificação”, garantindo assim:

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental) (DCNEI, 2009, p.29).

Sendo assim, considerando que a criança tem uma história com a família que é anterior a creche, percebemos-la como protagonista de seu processo aprendizagem e desenvolvimento, articulada as relações estabelecidas entre creche e família.

5 PRÁTICAS EDUCATIVO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com delineamento dos documentos legais que orientam a constituição da Educação Infantil e a legitimam enquanto primeira etapa da Educação Básica, as pesquisas sobre essa etapa educativa aumentam consideravelmente, fazendo com as práticas pedagógicas sejam alvo de investigação e consequentemente de atuação para qualificação das propostas pedagógicas para as crianças pequenas.

O documento Diretrizes Educacionais Pedagógicas de Florianópolis a Educação Infantil, referente à educação infantil, trata da importância de abordar o aspecto afetivo, emocional, social e cognitivo nas práticas pedagógicas que envolvem as crianças de 0 a 6 anos. Diante disto, as experiências das crianças precisam contemplar:

[...] cuja a função sustenta-se no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (linguística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos de ação pedagógicas. (Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil. 2010, p. 12).

Os aspectos abordados acima são relevantes, principalmente quando se refere ao cuidar e educar, esse aspecto é uma especificidade que marca a Educação Infantil e a parceria entre a creche a família. No que se refere ao histórico de como se deu início a discussão sobre o cuidar e educar na educação infantil, a pesquisadora Ana Beatriz Cerisara (1999) indica que durante muitos anos as creches e pré-escolas recebiam duas caracterizações diferenciadas, por um lado as instituições realizavam trabalho denominado como assistencialista e por outro lado educativo.

O trabalho assistencialista era desenvolvido para prestar assistência para as crianças pequenas e pobres, este atendimento desconsiderava os aspectos educativos, preocupando-se com os aspectos físicos e de higiene, as práticas sociais tinham como modelo os hospitais. Já o trabalho educativo pautava-se na preparação para a escola fundamental e atendia prioritariamente as crianças da classe média.

Cerisara (1999) reafirma que todas as instituições têm um caráter educativo. Mesmo aquelas que tinham um foco nos cuidados e na higiene exerciam um trabalho educativo, mesmo que pautado na higiene. Historicamente a educação era comparada com as práticas hospitalares, não davam valor quando o assunto era o corpo, a saúde e a higiene, essas atividades não eram consideradas pedagógicas ou educativas.

No que se refere ao termo cuidar, no dicionário online², encontramos algumas definições, tais como: ter cuidado tratar de, assistir e cuidar de crianças. O cuidado se relaciona com o corpo da criança, sua higiene pessoal, suas atitudes e suas emoções. Cuidar da criança significa perceber se ela apresenta algum tipo de doença ou até mesmo se está com piolho ou algo parecido, assistir sua rotina, perceber como está sua alimentação, se esta criança está comendo bem ou não, se come comidas apropriadas para sua saúde, sempre respeitando a ética do relacionamento com a família da criança, se criança estiver com sono e cansada, respeitar este momento.

Pensando nesse aspecto, remetemo-nos ao que afirma Duarte (2012) sobre o cuidar estar presente o tempo todo na “ação docente com os bebês”. Destacamos também que nessa relação com crianças tão pequenas, a ação docente é marcada pela forte intensidade das relações estabelecidas, sendo o cuidado, parte integrante dessa relação. (DUARTE, 2012, p.3)

Para cuidar antes de tudo é preciso ser comprometido com o outro, confiando em suas capacidades e ajudando em suas potencialidades, no sentido de ser solidário com suas necessidades. Além disso, o professor deve ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, pois sua potencialidade pedagógica também evidencia-se no modo como ajuda a criança a se perceber no mundo.

Segundo os estudos de Fochi (2013), os bebês têm uma grande capacidade “para realizar e empreender suas atividades e que, quando conseguem fazer dessa forma, parece ser bastante produtivo a eles, pois descobrem a partir do seu próprio ritmo a surpresa de uma conquista e o sentido da participação em uma cultura” (ibid. p.160). E consideramos que respeitar esse ritmo faz parte do cuidar.

O cuidar e o educar se relacionam entre si, podemos dizer que a criança muito mais que o adulto, principalmente antes dos 3 anos, é o seu corpo, que se comunica através dele e compreendi a si mesmo. Conforme leituras e observações feitas no período do estágio foi possível observar que a criança menor de três anos se utiliza do seu corpo na relação com o outro e com o espaço. É preciso saber o modo como pegar, como tocar, como está criança experimenta, sente e compreendi a si mesma, ter o cuidado de como tocar, olhar e falar, porque isto influencia no modo como ela se relaciona com o mundo.

Esses momentos de cuidado e educação também são vivenciados pelas famílias, que partilham suas experiências com as professoras e vice-versa, buscando sempre a melhor forma de atender as necessidades da criança pequena.

² Dicionário (Dicio) online - <http://www.dicio.com.br/educo/>

Quando se refere ao termo educar o dicionário afirma que “Oferecer a alguém o necessário para que esta pessoa consiga desenvolver plenamente a sua personalidade. Propagar ou transmitir conhecimento (instrução) a; oferecer ensino (educação) a; instruir.” Nessa perspectiva a educação está associada ao cuidado, quando pegamos um bebê no colo, quando limpamos o seu rosto ou trocamos sua fralda, estamos ensinando esse bebê a relacionar com o seu corpo, a se reconhecer enquanto sujeito que tem direito a atenção e cuidado, essa atitude é educativa.

O autor Moss (2008) aborda o ato de educar como um processo de desenvolver o ser humano por inteiro incluí-lo na sociedade de maneira participativa para que de maneira conjunta se relacione com o mundo e com as pessoas que estão a sua volta. Uma das reflexões abordadas por Moss (2008) é que a participação das crianças nas situações que envolvem o cuidado, o saber fazer está presente na relação entre as crianças, elas auxiliam umas às outras em um processo de interação que possibilita a ação das crianças.

O cuidado entendido como uma disposição ética, carregada de intencionalidade educativa, nos permite pensar na sua relação com as brincadeiras e a aprendizagem, orientados para que possam contribuir para o desenvolvimento das crianças nas suas relações sociais que estabelecem desde cedo.

A brincadeira se constitui como um dos eixos norteadores que marca a especificidade da Educação Infantil, e tem grande importância para a estruturação das propostas e para o desenvolvimento das crianças. De acordo com Vygotsky (2009) por estar no campo da imaginação, as crianças quando brincam tem o domínio da linguagem simbólica, isso significa que uma criança que bate com o pé no chão e se imagina cavalgando um cavalo está orientando sua ação pelo significado de sua ação e pela atitude mental e não pela percepção imediata dos objetos. Segundo, Vygotsky:

A narrativa, o faz de conta, brincadeira, a dramatização, o teatro emerge como formas de atividade que possibilitam a apropriação de diversos papéis sociais. Com base na experiência e por meio da linguagem as crianças inventam situações imaginárias, nas quais podem exercer funções e assumir as mais variadas posições. (Vygotsky 2009, p.99)

É através da brincadeira que a criança “extravasa” este mundo, é na brincadeira que a criança incorpora a propriedade do objeto e principalmente compreende a complexidade das relações humanas ao interpretar diferentes papéis sociais.

Independente da época, as brincadeiras fazem parte da infância, assim como desde pequenas as crianças aprendem a andar, falar e comer, elas desde pequenas aprendem a

brincar com o meio e seus pares, elas acabam por repetir tudo que convive no dia a dia, sendo uma escovação ou até mesmo na hora da comida, crianças de 0 a 3 anos de idade acabam interagindo inicialmente com o ambiente e após com os adultos e seus iguais.

As brincadeiras são momentos de apropriação de conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmo, elas se constituem por momentos lúdicos, imaginando muitas vezes em um local diferente do que está, podem ocorrer jogos simbólicos a partir de regras propostas no momento. A brincadeira é uma parte fundamental na infância sendo assim é preciso que as escolas e os professores não esqueçam que é a partir dela que a criança aprende e convive com sua imaginação, é preciso que se proponham vivências que auxiliem nesses momentos.

O brincar é um direito garantido por Lei, a brincadeira e o brincar são os momentos presentes no cotidiano da criança, são momentos de diversão por interagirem com seus pares, ou muitas vezes se colocarem no lugar do outro, a partir do brincar que a criança convive com o meio social, ajuda o intelecto, emocional e físico das crianças.

Com as brincadeiras as crianças ampliam seus conhecimentos, se desenvolvem e compreendem e descobrem o mundo que pertence o brincar;

[...] é de fundamental importância para a aprendizagem da criança por que é através dela que a criança aprende, gradualmente desenvolve conceitos de relacionamento casuais ou sociais, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar e sintetizar, de imaginar e formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras (SANTIN, 2001, p.523).

Para a Educação Infantil a relação educativa contribui para a constituição desses sujeitos de pouca idade, assim, é uma das estratégias mais importante para promover a aprendizagem das crianças, é preciso que através da conversa, brincadeiras ou até mesmo do corpo, possibilitem a troca de experiências entre as crianças, dessa forma as crianças podem comunicar-se, expressar-se, no seu modo de pensar, agir e sentir, desenvolvendo nela a confiança e a autoestima. É claro que no ambiente em que as crianças convivem entre si pode ocorrer conflitos, mas a professora precisa construir um laço afetivo a partir do cuidar e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver. Como afirma a autora Zilma Oliveira (1995):

Através do contato com seu próprio corpo com as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade, autoestima, raciocínio, pensamento e a linguagem. Articulação dos diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e de forma integrada. (Oliveira, 1995, p.36).

É preciso propor vivências que auxiliam no desenvolvimento das crianças a partir da interação social, com surgimento de conflitos, ideias e soluções, contribuindo para a

construção do conhecimento. A interação tem o papel de criar situações de aprendizagem, a partir dela, elas começam a compreender o mundo que convivem, e seus pares e adultos.

Pensando assim, consideramos importante voltar nosso olhar as famílias e buscarmos perceber até que ponto elas compreendem a sua importância e a da Educação Infantil para a criança. Para isso, é fundamental a construção de uma relação efetiva entre instituição e família, pois assim, será possível contribuir de forma significativa para o entendimento da relevância desses dois espaços sociais na vida da criança.

6 AS FAMÍLIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A sociedade está sempre em constante transformação, evoluímos a cada instante, junto a essas mudanças o contexto familiar também passou por transformação, compreendendo que sua constituição inicial era voltada ao chefe da família aos homens que pertenciam a ela, ou seja, nesse período a educação era baseada no autoritarismo deixando de lado as necessidades de cada criança.

Tanto a mudança nos padrões de relacionamento entre a família e a criança como o surgimento das instituições escolares, embora não necessariamente relacionados, são concomitantes. Tal situação evidencia a importância que passa a ser dada à infância.

A concepção e estrutura da família foram se modificando, onde as mulheres que não eram ouvidas começaram a ter voz e serem partes fundamentais na família para a sociedade, e as crianças também.

Todas essas modificações acabam por definir a família como apresenta no dicionário³ como “Grupo de indivíduos que possuem qualidades ou particularidades semelhantes”, que tentam buscar o melhor para cada um de si, tanto na educação como na vida pessoal, sendo assim a família se torna uma parte fundamental dentro da sociedade. As crianças acabam se tornando sujeito de direitos, podendo assim manifestar suas vontades, agora tendo uma garantia por Lei, que será respeitado suas necessidades, que foram conquistadas ao longo da mudança do pensar sobre a família. Como apresentado pelo ECA:

Artigo 4:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com prioridade absoluta, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL. 1990 art.4)

Tendo como contexto inicial as instituições família e escola apenas coexistiam, com o amadurecimento e mudanças destas instituições, passam a se relacionar e complementar (ARIÉS, 2006).

Mostrando assim as relevante propostas de aproximar as famílias, com tudo que traz de benefício ao desenvolvimento da criança, desde um simples contato familiar com os pais de seus colegas, brinquedos e locais onde moram, e por meio disso seja possível conhecer a realidade e integrar as famílias. A família é fundamental na vida dos filhos, contudo, de acordo com Froebel (2001 apud ARAÚJO, 2010), atualmente o processo de educar os filhos

³ Dicionário (Dicio) online - <http://www.dicio.com.br/familia/>

enfrenta dificuldades relativas à disponibilidade de tempo dos pais para o acompanhamento das demandas da criança.

Esse novo modo de pensar sobre a criança e a família, que algumas leis apresentam é de fundamental importância para a construção de respeito perante a sociedade e para a mudança da educação, trazendo benefícios e direitos para as crianças.

A família passa a ter uma função primordial na proteção, provisão e no bem estar da criança em conjunto com as instituições que acabam por tomar outras funções com o decorrer do tempo, como Pereira (1995, pg. 23) enfatiza, (...) “a família constitui o primeiro, o mais fundante e o mais importante grupo social de toda a pessoa, bem como o seu quadro de referência, estabelecido através das relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento”. A família tem um papel muito importante no desenvolvimento da criança, esse papel é potencializado quando há uma relação com creche e pré-escola.

A creche e a pré-escola auxiliam na constituição do caráter educativo e indica aspectos sobre a participação da família escola se constituem como um segundo espaço de educação, conferido com uma intencionalidade pedagógica e com profissionais formados para atender as crianças em suas múltiplas dimensões, ampliando as relações sociais por meio de um ambiente novo em que a professora e a família tem a possibilidade e o dever de compartilhar os aspectos educacionais das crianças pequenas, para que consigam suprir as necessidades de cada criança e propicie um local que se sinta segura.

A família tem um papel fundamental dentro das creches e pré-escolas, para isso é preciso que as instituições criem um laço de confiança entre professor e família. Assim é fundamental que as famílias participem ativamente e compartilhem das vivências no contexto coletivo e que tanto os professores quanto as famílias dialoguem a fim de garantir que todos sejam acolhidos e atendidos nas suas necessidades.

Infelizmente essa relação que seria de grande importância para as crianças acaba por não ocorrer de forma harmoniosa, como apresentado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos da Universidade Federal de Santa Catarina (NEPE/UFSC, 2003);

A não efetivação da participação das famílias no cotidiano da creche se dá pelo medo de expressar o que sentem e o que pensam, pela tentativa de evitar o preconceito, a discriminação e a ameaça da permanência dos seus filhos na instituição (PIBIC/ CNPQ 2003, p.15)

Esse afastamento também ocorre pelo fato de que muitos profissionais acabarem por julgam as famílias, ou classificarem como boa ou ruim, organizada ou desorganizada, e julgam sem ao menos conhecer. É preciso entender que muitas famílias passam por

dificuldades e não sabemos o que realmente ocorre dentro da casa de cada um, é preciso desconstruir esse pré-julgamento que as instituições caracterizam no seu dia a dia.

Segundo a pesquisa elaborado e citado no relatório do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ UFSC, 2003), as famílias reconhecem as creches como um local seguro em que podem confiar e deixar seus filhos, e com isso colocam na creche a função de cuidado e não de aprendizado/desenvolvimento.

Precisamos entender que a creche e a família precisam se complementar, para que assim a educação das crianças pequenas obtenha a valorização necessária perante a sociedade, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento integral das crianças, para isso a relação entre creche e famílias precisam ter intensificadas, para que as famílias compreendam o trabalho desenvolvido na Educação Infantil e para que as instituições compreendam e considerem a complexidade das organizações familiares e organizem formas de aproximação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos possibilitou a observação do papel da família e das instituições de Educação Infantil seja público ou privado no processo de desenvolvimento, através da metodologia de pesquisa documental, nesse processo de ensino e da participação da família no coletivo de educação.

A educação precisa ser olhada de maneira diferente, porque a partir dela conseguimos assumir um papel no contexto atual, a gente de mudanças a partir de novas concepções que precisam ser transformadas, para uma educação geradora de mudanças, de conhecimentos, de formação de sujeitos independentes e habilitados para intervirem e agirem na sociedade de forma crítica e, principalmente, criativa. A família e a educação infantil são alicerce para o desenvolvimento da criança, através do espaço e do tempo, essas mudanças ocorridas no mundo, sem prejuízo para seu desenvolvimento humano.

Participação familiar é uma necessidade contemporânea e desejada por todos que fazem parte do contexto escolar. Nesse contexto, os instrumentos de comunicação tradicionais da relação creche-família mostraram-se limitados, dificultando maior aproximação e diálogo entre essas instituições, requeridos pelas características da educação partilhada da criança pequena (Lei nº 8.069, 1990; Lei nº 9.394, 1996; Resolução nº 5, 2009). Essa ineficácia era sentida principalmente nas situações problemáticas. O histórico de pouco conhecimento e diálogo entre as duas instituições repercutia numa intervenção pouco crítica em relação ao papel dos próprios contextos e da interação entre eles na produção e na solução dos problemas de comportamento e queixas relativos à criança.

A falta de participação da família no contexto escolar já foi debatida em várias circunstancia desde um trabalho acadêmico, como por diversos autores consagrados na área da Pedagogia, Psicologia e Educação, além de ainda ser pano de fundo para várias questões abordadas pela LDB, porém percebemos que não foi contemplado todas as dúvidas e as resposta para essa questão sobre a participação dos pais na instituição de ensino.

A relação creche-família na legislação educacional brasileira, no âmbito federal, está composta nas Diretrizes Nacionais Curriculares. Podemos dividir em quatro níveis o processo da relação família e escola quando se trata do desenvolvimento da criança. O primeiro nível é à responsabilidade legal dos pais de matricular o filho nas instituições de ensino seja infantil, obrigatório a partir dos 4 anos e ensino fundamental (anos iniciais e finais) e assegurar sua frequência, com a contrapartida do oferecimento de vagas pela instituição de ensino e da corresponsabilidade desta no controle da frequência. Oportunizando o caráter compulsório da

própria relação família-escola, especialmente no caso do Brasil, em que o ensino não é ofertado a todos. Num segundo nível, encontra-se o direito da família à recepção de informações a respeito da vida escolar dos filhos e do processo pedagógico da instituição, cabendo à instituição disponibilizar essas informações. O terceiro nível de relação família-escola contemplado na legislação brasileira corresponde às diversas formas de articulação e interação entre as duas instâncias, as quais, conforme a LDB e principalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais, é responsabilidade da escola e dos professores promover essa interação. Finalmente, o nível mais profundo de relação família-escola previsto na legislação é a participação dos pais, quando se fala de uma gestão democrática, como membros da comunidade educativa, na instituição.

Educação em nosso país, tenta compreender a especificidade que compõe todas etapas educativas da criança e como as famílias estão nesse contexto.

A família acaba por ter função primordial na proteção, provisão e no bem estar da criança em conjunto com as instituições que acabam por tomar outras funções com o decorrer do tempo, como Pereira (1995) enfatiza, (...) “a família constitui o primeiro, o mais fundante e o mais importante grupo social de toda a pessoa, bem como o seu quadro de referência, estabelecido através das relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento”. A família tem um papel muito importância no desenvolvimento da criança, esse papel é potencializado quando há uma parceria com a instituição onde a criança está inserida.

Espero que este trabalho possa ter continuidade, pois esse tema gera muitas discussões e é inesgotável. E que as instituições, olhem para seus direitos e democraticamente busquem melhorar o ensino e ter profissionais qualificados para a nova geração que vem passando por grandes mudanças.

8 REFERENCIAS:

ARAÚJO, G. B. M. **Família e Escola: parceria necessária na educação infantil**. 2010. 20 f. Artigo (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 2015.

ARIÉS. P. **História social, da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaoofederal1988.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social, Brasília, (1990)

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** n 9.493/1996.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras da educação infantil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CERISARA, Ana Beatriz; Palhares, Marina Silveira; Faria, Ana Lucia Goulart de. **Educação infantil pos-ldb: rumos e desafios**. 1.ed. editora: ufsc,1999.

DUARTE, Fabiana. **Professora de bebês: as dimensões educativas que constituem a especificidade da ação docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FOCHI, Paulo Sergio. **Linha de Pesquisa: Estudos sobre Infâncias**. Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACHADO, Maria Lucia (Org.). **Encontros & desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 235-248.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSS, Peter. **Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais**. In: MACHADO, Maria Lucia (Org.). **Encontros & desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 235-248.

NOGUEIRA, M. A. **Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação**. Revista Paidéia, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, 1998.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, P.A. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

PILETTI, N. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2004.

SANTIN, Silvino. **Educação Física: Da alegria do lúdico à opressão de rendimento**. Porto Alegre: 2001.

SCHMITT, Rosinete Valdeci. **As relações sociais entre professoras, bebês e crianças pequenas: contornos da ação docente**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, L. F. N. I. **Crenças de auto-eficácia matemática**. In: AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). Auto-eficácia em diferentes contextos. Campinas, SP: Alínea, 2006.

SOUZA, M. E. P. **Família/Escola: a importância dessa relação no desenvolvimento escolar**. 2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, PR, 2009. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 2015.

VIGOTSKY L. S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento**. In: VIGOTSKY L. S. A formação Social da mente. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p.121-137.